

De 1995 a 2001 na DRAALG:

Colaborou na equipa técnica de projectos financiados pelas Medidas Agro-ambientais Reg. (CEE) N.º 2078/92, PAMAF/IED, PRAXIS XXI e Programa comunitário INTERREG II cooperação transfronteiriça nas áreas de protecção integrada em horticultura protegida e em vinha, caracterização bioecológica de pragas-chave e estudos da flora infestante das culturas, realizando visitas guiadas, comunicações orais e escritas em reuniões científicas e técnicas e publicação de artigos técnicos, folhetos e painéis, relatórios.

Participou na execução dos programas de prospecção e zonagem de organismos de quarentena.

Integrou as equipas técnicas dos avisos agrícolas e consultas fitossanitárias.

Colaborou como formadora em cursos de formação para técnicos e agricultores no âmbito da protecção integrada das culturas.

Acompanhou como orientadora externa um trabalho de fim de curso em Engenharia Técnica de Produção Vegetal da ESAB.

4 — Formação profissional específica:

Implementar o novo SIADAP, de 11 de Março de 2008 a 12 de Março de 2008;

Gestão de recursos humanos na administração pública — Nova abordagem, 1 de Fevereiro de 2008;

FORGEP — Programa de formação em gestão pública, de 28 de Janeiro de 2008 a 24 de Abril de 2008, classificação de 16,5 valores;

Controlo das ajudas do RURIS — Medidas Agro-Ambientais, em 15 a 19, 23 e 24 de Novembro de 2003;

Curso de ACCESS, de 30 de Setembro de 2003 a 28 de Outubro de 2003;

Serviço Unificado de Controlo — Formação Boas Práticas Agrícolas, em 13 de Março de 2002;

Distribuição, comercialização e aplicação de produtos fitofarmacêuticos, de 15 de Outubro de 2001 a 9 de Novembro de 2001;

Formação Pedagógica de Formadores, de 23 de Março de 1998 a 21 de Abril de 1998;

Curso de Protecção Integrada de Pomóideas, 3 de Abril de 1995 a 5 de Março de 1996.

202333361

#### Despacho (extracto) n.º 21580/2009

No âmbito do PRACE foi operada a reestruturação do MADRP, através do Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, e das DRAP através do Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro pelo que, considerando a necessidade de garantir o normal funcionamento dos serviços, procedeu-se à publicitação dos processos de selecção dos titulares dos cargos de Direcção Intermédia de 2.º Grau em conformidade com o disposto no Despacho (extracto) N.º 14556/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 29 de Junho, que criou as unidades orgânicas flexíveis na Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo.

Nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, de acordo com os fundamentos apresentados pelo júri na acta final que integra o respectivo procedimento concursal, e considerando que possui os requisitos legais exigidos, bem como lhe é reconhecida a competência técnica e aptidão para o exercício de funções dirigentes, evidenciada pela nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante, nomeio, para o cargo de chefe de Divisão de Apoio ao Investimento na Agricultura — Caldas da Rainha, em comissão de serviço, pelo período de três anos, o Licenciado José Nuno de Lacerda Fonseca.

A presente nomeação produz efeitos a partir da data do despacho.

17 de Setembro de 2009. — O Director Regional, *José António de Sousa Canha*

José Nuno de Lacerda Fonseca, nascido em 10 de Junho de 1957, em Peniche, casado. Licenciado em Engenharia Agrícola, pela Universidade de Évora.

Perito em desenvolvimento local pela Organização Internacional do Trabalho, perito em desenvolvimento rural (Inst. Desenvolvimento Agrário do Norte/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), consultor em desenvolvimento cooperativo, credenciado pelo INS-COOP.

1 — Desde Junho de 2007. Nomeado por despacho, de 28 de Junho de 2007, do Director Regional, para exercer, em regime de substituição, o cargo de Chefe de Divisão de Competitividade, Inovação e

Mercados, da Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo.

2 — Setembro 2003 até Junho 2007. Membro do Núcleo Técnico de Licenciamento, da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste.

3 — Setembro de 2000 até Abril de 2002. Assessor do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural.

4 — Janeiro de 1999 até Janeiro de 2000. Funções de assessoria do Director Geral de Desenvolvimento Rural.

5 — Fevereiro de 1993 até Setembro de 2003. Coordenador do Centro Europeu de Informação e Desenvolvimento da Região Oeste, parceria entre a Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste e a Comissão Europeia, incluído na rede Europeia dos Carrefours Rurais.

6 — Janeiro de 1994 até Janeiro de 2000. Função de coordenador nacional desta rede e participação em diversas task force europeias, nomeadamente a de avaliação de todas as redes de informação da Comissão Europeia.

7 — Janeiro de 1995 até Novembro de 1997. Responsável pela Divisão de Informação da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste. Membro do Fórum da Competitividade Português (Projecto Porter).

8 — Setembro de 1989 até Janeiro de 1992. Membro da equipa técnica dos Programas de Desenvolvimento Agrário do Alto Oeste e do Baixo Oeste.

9 — Março de 1986 até Setembro de 1989. Funções de programador e analista, entre outras, na Cooperação Luso-Alemã para a Investigação Agrária, na Universidade de Évora, integrado em projectos de investigação para a constituição de bases de dados agrários informatizados.

10 — Tem publicado vários trabalhos de pesquisa, nomeadamente em publicações como a Revista Economia e Sociologia — Instituto de Desenvolvimento Económico e Social, Revista Sociologia — Problemas e Práticas — Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa, Revista da Ordem dos Engenheiros, Revista Economia Global e Gestão — Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa, Revista Episteme — Universidade Técnica de Lisboa.

202333256

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações

#### Despacho n.º 21581/2009

Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 14.º e no n.º 2 do artigo 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, atento o despacho do conselho de administração da EP — Estradas de Portugal, S. A., de 26 de Agosto de 2009, que aprovou as plantas parcelares números MUCA.E.201.01 a 10 e os mapas de áreas relativos à construção da obra do IC 5 Murça (IP 4)/nó de Pombal — projecto de execução — expropriações — trecho Murça-Carlão (do quilómetro 0+000 ao quilómetro 7+000) e a resolução de expropriar do conselho de administração de 26 de Agosto de 2009, declaro, no uso da competência que me foi delegada por despacho do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949, a utilidade pública, com carácter de urgência, das expropriações das parcelas de terreno necessárias à construção deste lanço, abaixo identificadas, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial dos direitos e ónus que sobre elas incidem e os nomes dos respectivos titulares.

Mais declaro autorizar a AENOR Douro, na qualidade de subconcessionária da subconcessão Douro Interior, a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas nas plantas anexas, com vista ao rápido início dos trabalhos, sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que a obra projectada seja executada o mais rapidamente possível.

Os encargos com as expropriações em causa encontram-se caucionados pela AENOR Douro — Estradas Douro Interior, S. A., nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Código das Expropriações.

18 de Setembro de 2009. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.